



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Boletim
Dezembro.2006.153
Edição Electrónica

Cavaco defendeu no Congresso dos 30 Anos mais competências e correspondentes meios Inaugurada exposição interactiva

O Congresso do Poder Local, que se constituiu em inquestionável êxito, deixou evidenciada a indispensabilidade das autarquias enquanto pilar da Democracia, âncora de desenvolvimento e afirmação de futuro, uma realidade que levaria o Presidente da República a defender, face a uma “nova geração de políticas locais dirigidas para outros tipos de necessidades”, que devem “ser atribuídas maiores responsabilidades às autarquias, assegurando-lhes os correspondentes meios financeiros”.

Sublinhando que “ao fim destes trinta anos, é positivo o balanço que todos fazemos do Poder Local”, Cavaco Silva sustentou que “o poder deve ter uma relação o mais próximo possível com os seus destinatários” — “só um poder de proximidade será capaz de conhecer as aspirações e anseios dos cidadãos” —, pelo que “o Poder Local é, por tanto, uma das mais genuínas concretizações da ideia de democracia”.

Há muito que exigimos contratualizar a transferência de novas competências

Ao afirmar que o “Portugal de 2006 é um País melhor do que o Portugal de 1976”, o Chefe de Estado diria que “para isso, muito contribuiu o esforço desenvolvido pelo Poder Local”.

O País dispõe das infra-estruturas e dos equipamentos “indispensáveis ao seu desenvolvimento e à melhoria da qualidade de vida das populações”, considerou, e, nesse domínio, “as autarquias desenvolveram um papel de grande relevo”. É tempo, por isso, de entrar numa nova fase da história da democracia autárquica”, com os eleitos, depois de bem cumprirem aquelas competências, a terem de “prestar atenção acrescida à capacidade produtiva e à competitividade”, e, também, “ao seu desenvolvimento social”.

Exige-se, assim, disse Cavaco Silva, que os autarcas “orientem uma parcela maior do seu esforço para a adaptação e fomento de investimentos e de iniciativas empresariais”, é ainda “imperioso travar uma outra batalha, a do desenvolvimento social”, para a qual “os autarcas têm especial vocação e capacidade”.

Já a concluir, e depois de uma referência à certeza de ninguém “melhor do que as autarquias, poder, a nível local, mobilizar os cidadãos”, o Presidente da República relevava que “a particular relação de proximidade dos autarcas com os cidadãos cria-lhes responsabilidades acrescidas no aprofundamento da dimensão ética da vida pública”, e da “necessidade de transparência e integridade das instituições e dos processos”, razão pela qual “o seu papel é particularmente relevante na credibilização do sistema político e no reforço da qualidade da democracia”.

Mário de Almeida, ao abrir o Congresso, manifestou orgulho pelo trabalho realizado pelo Poder local ao longo de 30 anos, defendendo a transferência de novas competências “para que estamos verdadeiramente vocacionados”, para o que é “fundamental promover-se a autonomia e o efectivo financiamento do Poder Local, distribuindo-se equitativamente os dinheiros do Estado”, disponibilizando-os “a quem os rentabiliza bem”.

Num outro ponto, ao destacar “a determinação, dedicação, abnegação e isenção” dos autarcas, o Presidente do Congresso, a propósito das especulações sobre um alegado excesso de irregularidades e ilegalidades, exigiu que “não se envolvam todos os autarcas” e não se caracterize dessa forma o Poder Local, “porque uma eventual excepção não pode alargar-se a todos”.

O Presidente da ANMP começaria por enfatizar ter sido “um caminho pioneiro e árduo, mas que constituiu um dos pilares fundamentais que garantem a nossa democracia, caução conseguida pela maior coesão social e territorial alcançada”. Os mais de meio milhão de

[Cavaco defendeu no Congresso dos 30 Anos mais competências e correspondentes meios Inaugurada exposição interactiva](#)

[PR envia ao Tribunal Constitucional Proposta de Lei das Finanças Locais](#)

[Exposição multimédia evidencia papel do Poder Local no desenvolvimento](#)

[Prémio Poder Local Democrático distingue Valente de Oliveira](#)

[Reunião da Secção de Municípios com Actividade Piscatória e Portos](#)

[Para além do QREN 2007/2013 XVII Congresso e descentralização de competências relevantes questões do Plano de Actividades de 2007](#)

[Protocolo ANMP/AEP visa dinamizar a campanha “compro o que é nosso”](#)

[Legiferando](#)

[Distinção na luta contra o fogo florestal Mação ganhou “El Batefuegos de Oro 2006”](#)

autarcas eleitos directamente pela populações “constituíram uma verdadeira escola da democracia e uma prática de serviço às suas comunidades”, disse Fernando Ruas, que, depois, lembrou “a democratização dos bens essenciais” para sublinhar que hoje vivemos melhor em Portugal, as condições de vida melhoraram em todos os lugares já que “o Poder Local democratizou o investimento público, os Municípios levaram esse investimento ao todo o território”.

Ao deixar uma palavra particular “aos autarcas quase anónimos nas freguesias mais longínquas” e aos “funcionários autárquicos”, sublinhou “os importantes combates que travámos” no plano social, na educação, na dinamização económica, na gestão da coisa pública”, e especificaria que, contudo, “hoje é um dia para colocar em marcha novos projectos”, que deixem “um legado de prosperidade e autoconfiança para os jovens e gerações vindouras”.

Afirmando um espírito de “cooperação com todos os níveis, local, intermunicipal, internacional e com o Governo”, ressaltaria como regra fundamental “a garantia da nossa autonomia política e administrativa, consagrada na Constituição”, para, depois, julgar como “absolutamente indispensável modernizar a administração e os serviços, e acabar com a burocracia inútil”, já que “responsabilidade e transparência são as pedras de toque que irão reforçar a credibilidade e utilidade do Poder Local”.

Reiterando que “as nossas competências em termos de infra-estruturas básicas não estão ainda terminadas”, diria que, porém, “exigimos contratualizar, como vimos demandando há dez anos, novos desafios que passam por uma efectiva descentralização”. E “fortalecer o Poder Local não é enfraquecer o Poder Central, mas, antes fortalecer o País”.

Ao defender uma cooperação sã e aberta entre o Poder Central e Local, reafirmou o empenhamento municipal na luta contra as assimetrias, enquanto, face aos bons indicadores de 2005 — redução dos passivos, diminuição do recurso ao crédito, investimento público, e criação de superavit — sustentou que “o Estado tem de seguir o exemplo do Poder Local, tem de deixar de ser gastador por forma a poder equilibrar as contas públicas”.

O Presidente da ANAFRE enfatizou as dificuldades das Freguesias, considerando, a propósito, que elas são o “primeiro patamar da Democracia, têm desempenhado um papel insubstituível no Governo Local, na resolução de tantas pequenas coisas que são grandes”.

António Costa, que encerrou os trabalhos em nome do Governo, deixaria sublinhado, de forma muito elogiosa, o “excelente trabalho desenvolvido pelos autarcas ao longo dos últimos 30 anos” e enfatizaria, em jeito de balanço, os “dois contributos extraordinários” do Poder Local, “o contributo para o desenvolvimento, para a coesão e para a qualidade de vida, e o contributo para a formação cívica e democrática de tantas gerações”.

Depois da excelente colaboração no concretizar da “Democracia” e do “Desenvolvimento”, o Ministro de Estado desafiava os autarcas a lançarem-se, no futuro, na concretização de dois novos “D”, o das “Descentralização” e o da “Desburocratização”. Isto porque, acentuava, “a melhor homenagem que podemos prestar ao Poder Local Democrático, para além de olhar o passado, é perspectivar o futuro”.

Ao dizer que os novos paradigmas obrigam a “pensar global e agir global para o desenvolvimento local”, especificaria ser “prioritário proceder à reforma do Estado e da Administração Pública”, urgindo, assim, alcançar-se uma “redução dos custos de contexto” e uma “parceria para a descentralização”. Porque está chegado o tempo, continuou, de uma “segunda geração de políticas locais, não centradas nas estruturas, mas nas pessoas”, António Costa precisou a Educação, a Saúde e a Acção Social — como a ANMP demandara já — como as áreas prioritárias para serem estudadas transferências para as autarquias, avançando mesmo com uma calendarização, a iniciar-se já em Janeiro.

Fez mais o Poder Local Democrático em 30 anos do que os Governos todos juntos.

Jorge Coelho

Temos um défice de descentralização. Não temos tirado as ilações do Princípio da Subsidiariedade.

Vital Moreira

Defendo uma maior intervenção autárquica nas políticas de desenvolvimento económico. Onde está o prémio para as autarquias que apostam na reabilitação urbana?

Augusto Mateus

O Poder Local não pode ser o bode expiatório das contas públicas.

Manuela Ferreira Leite

O ordenamento do território é uma competência eminentemente municipal.

Sidónio Pardal

Ao Poder Local Democrático se deve o facto de o país não ser hoje regionalmente mais assimétrico, mais desertificado e concentrado no litoral.

Carlos Carvalhas



[anterior](#) | [início](#)

- (c)ANMP/TI [2005]